

Fernanda Marinela

DIREITO
ADMINISTRATIVO

11ª edição
2017

ISBN 978-85-472-1521-7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

Marinela, Fernanda

Direito administrativo / Fernanda Marinela. 11. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Direito administrativo 2. Direito administrativo - Concursos - Brasil I. Título.

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

16-1586

CDU 35

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito administrativo 35

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerente de concursos Roberto Navarro
Edição Liana Ganiko Brito Catenacci

Produção editorial Maria Izabel B. B. Bressan (coord.)
Carolina Massanhi
Claudirene de Moura S. Silva
Cecília Devus
Daniele Debora de Souza
Denise Pisaneschi
Ivani Aparecida Martins Cazarim
Ivone Rufino Calabria
Willians Calazans de V. de Melo
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Microart Design Editorial

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Casa de Ideias
Produção gráfica Mari Rampim
Impressão e acabamento Brasiform Editora e Ind. Gráfica

Data de fechamento da edição: 9-1-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602741 CAE 613621

Sumário

<i>Sobre a Autora</i>	9
<i>Apresentação</i>	25
<i>Nota à Décima Primeira Edição</i>	27
<i>Nota à Décima Edição</i>	31
<i>Nota à Nona Edição</i>	35
<i>Nota à Oitava Edição</i>	39
<i>Nota à Sétima Edição</i>	43
CAPÍTULO 1 – Noções Preliminares	47
1. Direito.....	47
2. Direito Administrativo.....	48
2.1. Conceito	48
2.2. Relação com outros ramos do Direito	51
2.3. Fontes do Direito Administrativo	53
2.4. Codificação do Direito Administrativo	58
2.5. Interpretação de regras do Direito Administrativo.....	59
2.6. Evolução histórica do Direito Administrativo	59
2.7. Sistemas administrativos	60
3. Estado, Governo e Administração Pública	60
3.1. Estado	61
3.1.1. Poderes e funções do Estado	61
3.1.2. Organização do Estado	63
3.2. Governo	63
3.3. Administração Pública.....	64
4. Atividade administrativa	65
5. Quadro sinóptico.....	65
CAPÍTULO 2 – Regime Jurídico Administrativo	67
1. Conceito de regime jurídico administrativo	67
2. Distinção entre princípios e regras.....	68
3. Princípios do Direito Administrativo	69
3.1. Princípio da supremacia do interesse público.....	70
3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	71

Direito Administrativo

3.2.1. Conceito de interesse público.....	71
3.3. Princípio da legalidade.....	73
3.4. Princípio da impessoalidade.....	76
3.5. Princípio da finalidade.....	80
3.6. Princípio da moralidade.....	81
3.7. Princípio da publicidade.....	82
3.8. Princípio da eficiência.....	86
3.9. Princípio da isonomia.....	89
3.10. Princípio do contraditório.....	92
3.11. Princípio da ampla defesa.....	93
3.12. Princípio da razoabilidade.....	96
3.13. Princípio da proporcionalidade.....	98
3.14. Princípio da continuidade.....	99
3.15. Princípio da autotutela.....	105
3.16. Princípio da especialidade.....	106
3.17. Princípio da presunção de legitimidade.....	107
3.18. Princípio da motivação.....	107
3.19. Princípio da segurança jurídica.....	109
4. A inobservância de um princípio.....	110
5. Quadro sinóptico.....	110
6. Súmulas correlatas.....	113
6.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	113
6.2. Súmulas STF.....	113
6.3. Súmulas STJ.....	114
7. Decisões interessantes.....	115
CAPÍTULO 3 – Organização da Administração.....	139
1. Administração Pública – Organização Administrativa.....	139
1.1. Princípios fundamentais da Administração Pública Federal.....	140
1.2. A manifestação de vontade da pessoa jurídica – teorias sobre as relações com seus agentes.....	141
2. Formas de prestação da atividade administrativa.....	142
2.1. Formas de descentralização.....	143
3. Órgãos públicos.....	145
3.1. Principais características.....	146
3.2. Classificação.....	149
4. Administração Direta.....	151
5. Administração Indireta.....	152
5.1. Características gerais.....	153
5.2. Autarquias.....	156
5.2.1. Conceito e outras considerações.....	156
5.2.2. Regime jurídico.....	157
5.2.3. Autarquias profissionais.....	174
5.2.4. Autarquias territoriais.....	184
5.2.5. Autarquias de regime especial.....	184
5.3. Agências reguladoras.....	184

5.3.1. Conceito e função	184
5.3.2. Espécies de agências.....	185
5.3.3. Regime especial.....	186
5.3.4. Características.....	188
5.4. Fundação pública.....	191
5.4.1. Conceito.....	191
5.4.2. Natureza jurídica	192
5.4.3. Fundação pública de direito público.....	195
5.4.4. Fundação pública de direito privado	196
5.5. Agências executivas	197
5.6. Empresas estatais	199
5.6.1. Conceitos	199
5.6.2. Finalidades	200
5.6.3. Regime jurídico.....	201
5.6.4. Principais semelhanças e diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista	223
6. Quadro sinóptico	224
7. Súmulas correlatas.....	227
7.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	227
7.2. Súmulas do STF	228
7.3. Súmulas do STJ.....	228
8. Decisões interessantes	230
CAPÍTULO 4 – Terceiro Setor	241
1. Setores da economia nacional.....	241
2. Entes de cooperação	242
2.1. Serviços sociais autônomos	243
2.2. Entidades de apoio.....	245
2.3. Organizações sociais	247
2.4. Organizações da sociedade civil de interesse público	251
2.4.1. Semelhanças e distinções entre OS e Oscip.....	253
2.5. Organização da sociedade civil	253
3. Parcerias com Poder Público – Marco Regulatório.....	254
3.1. Histórico e conceito.....	254
3.2. Organização da sociedade civil	257
3.3. Dos impedimentos e vedações (arts. 39 a 41).....	259
3.4. Formalização.....	260
3.4.1. Seleção	260
3.4.1.1. Procedimento de manifestação de interesse público	260
3.4.1.2. Chamamento público	260
3.4.2. Novos instrumentos – termo de colaboração, termo de fomento e acordos de cooperação.....	265
3.5. Medidas para execução e eficiência da parceria	267
3.5.1. Planejamento.....	267
3.5.2. Regras para execução.....	267
3.5.3. Monitoramento e avaliação	268
3.5.4. Prestação de contas.....	269

Direito Administrativo

3.6. Responsabilidades e sanções.....	271
4. Quadro sinóptico.....	272
5. Súmulas correlatas.....	276
5.1. Súmulas do STF.....	276
5.2. Súmulas do STJ.....	276
6. Decisões interessantes	276
CAPÍTULO 5 – Poderes da Administração e dos Administradores	285
1. Conceito.....	285
2. Características.....	285
3. Poder vinculado e poder discricionário	286
4. Poder regulamentar	287
4.1. Considerações sobre atos normativos, leis e regulamentos	287
4.2. Tipos de regulamento.....	288
4.3. Controle dos atos administrativos	291
5. Poder hierárquico	293
6. Poder disciplinar.....	295
7. Poder de polícia.....	297
7.1. Conceito	297
7.2. A expressão “poder de polícia”.....	299
7.3. Fundamento e essência do poder de polícia.....	299
7.4. Atos por meio dos quais se expressa o poder de polícia.....	301
7.5. Delegação dos atos de polícia.....	301
7.6. Atributos do poder de polícia	303
7.7. Poder de polícia e o princípio da proporcionalidade	305
7.8. Controle dos atos de polícia.....	305
7.9. Setores da polícia administrativa	306
7.10. Polícia administrativa e polícia judiciária.....	306
8. Poderes e deveres do administrador público.....	307
8.1. Deveres do administrador	307
8.2. Uso e abuso de poder.....	307
8.3. Formas de abuso de poder	308
8.4. Abuso de poder e legalidade	309
9. Quadro sinóptico.....	309
10. Súmulas correlatas.....	311
10.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	311
10.2. Súmulas STF	311
10.3. Súmulas STJ.....	312
11. Decisões interessantes	312
CAPÍTULO 6 – Ato Administrativo.....	331
1. Introdução e conceito.....	331
1.1. Ato e fato jurídico.....	331
1.2. Ato da administração e ato administrativo.....	333
1.3. Conceito de ato administrativo.....	334
2. Vinculação e discricionariedade	336
3. Elementos do ato administrativo	339
3.1. Sujeito competente	340

3.1.1. Principais regras	340
3.2. Forma.....	342
3.2.1. Princípio da solenidade.....	343
3.2.2. Silêncio administrativo	344
3.2.3. Vício na forma.....	345
3.3. Motivo	346
3.3.1. Legalidade do motivo	346
3.3.2. Principais distinções	347
3.3.3. Teoria dos motivos determinantes.....	350
3.4. Objeto	352
3.4.1. Requisitos de validade	353
3.4.2. Discricionariedade e vinculação	353
3.5. Finalidade.....	353
3.5.1. Distinções: motivo, objeto e finalidade	354
3.6. Quadro comparativo.....	355
4. Mérito administrativo.....	356
4.1. Possibilidade de controle pelo Poder Judiciário	357
5. Atributos do ato administrativo.....	359
5.1. Presunção de legitimidade, legalidade e de veracidade.....	360
5.2. Autoexecutoriedade.....	361
5.3. Imperatividade.....	361
5.4. Tipicidade.....	362
6. Classificação.....	362
6.1. Quanto aos destinatários	362
6.2. Quanto ao alcance	363
6.3. Quanto à manifestação de vontade.....	364
6.4. Quanto ao grau de liberdade	364
6.5. Quanto ao objeto	364
6.6. Quanto à formação.....	365
6.7. Quanto à estrutura do ato.....	366
6.8. Quanto aos efeitos	366
6.9. Quanto aos resultados na esfera jurídica.....	367
6.10. Quanto à situação jurídica que criam.....	367
7. Modalidades de atos administrativos	367
7.1. Atos normativos.....	367
7.2. Atos ordinatórios.....	368
7.3. Atos negociais	369
7.4. Atos enunciativos.....	372
7.5. Atos punitivos.....	374
8. Formação e efeitos	374
8.1. Perfeição	374
8.2. Validade.....	375
8.3. Eficácia	375
8.4. Possíveis combinações.....	376
9. Extinção do ato administrativo.....	377

Direito Administrativo

9.1. Formas de extinção.....	378
9.2. Invalidação.....	379
9.2.1. Formas de invalidação.....	379
9.2.2. Anulação.....	380
9.2.3. Convalidação e sanatória.....	385
9.2.4. Estabilização de efeitos.....	386
9.2.5. Possíveis vícios do ato administrativo.....	392
9.3. Revogação.....	393
9.4. Coisa julgada administrativa.....	396
10. Quadro sinóptico.....	396
11. Súmulas correlatas.....	401
11.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	401
11.2. Súmulas STF.....	402
11.3. Súmulas STJ.....	402
12. Decisões interessantes.....	403
CAPÍTULO 7 – Licitação.....	417
1. Conceito e finalidades.....	417
2. Competência para legislar.....	418
3. Sujeitos à licitação.....	422
4. Princípios básicos.....	429
5. Contratação direta – dispensa e inexigibilidade.....	434
5.1. Inexigibilidade.....	435
5.1.1. Pressupostos para a realização da licitação.....	435
5.1.2. Objeto licitável e a pluralidade.....	436
5.1.2.1. Bem singular.....	436
5.1.2.2. Serviços singulares.....	437
5.1.2.3. Hipóteses legais de inexigibilidade.....	439
5.2. Dispensa de licitação.....	440
5.2.1. Licitação dispensada.....	440
5.2.2. Licitação dispensável.....	442
5.3. Imperfeições.....	448
6. Registros de preços.....	448
7. Registros cadastrais.....	450
8. Modalidades.....	451
8.1. Concorrência.....	455
8.2. Tomada de preços.....	456
8.3. Convite.....	457
8.4. Concurso.....	458
8.5. Leilão.....	459
8.6. Pregão.....	460
8.6.1. Pregão eletrônico.....	462
8.7. Outras modalidades.....	463
9. Algumas licitações.....	464
9.1. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica.....	464
9.2. Licitações internas e internacionais.....	465
9.3. Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte.....	465

9.4. Licitação para contratação de serviço de publicidade.....	468
9.5. Regime Diferenciado de Contratações (RDC).....	469
9.6. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016).....	472
10. Comissões de licitação.....	479
11. Procedimento.....	480
11.1. Procedimento da concorrência.....	480
11.1.1. Fase interna.....	481
11.1.2. Fase externa.....	487
11.2. Procedimento para tomada de preços.....	497
11.3. Procedimento para convite.....	498
11.4. Procedimento para concurso.....	498
11.5. Procedimento para leilão.....	499
11.6. Procedimento para pregão.....	499
11.7. Procedimento do pregão eletrônico.....	502
11.7.1. Fase interna.....	502
11.7.2. Fase externa.....	503
12. Recursos.....	507
13. Quadro sinóptico.....	508
14. Súmulas correlatas.....	512
14.1. Súmulas STF.....	512
14.2. Súmula STJ.....	512
15. Decisões interessantes.....	512
CAPÍTULO 8 – Contratos Administrativos.....	533
1. Conceito.....	533
2. Características.....	534
3. Formalismo.....	535
4. Cláusulas necessárias.....	538
5. Garantia.....	540
6. Duração do contrato.....	541
7. Pagamentos devidos ao contratado.....	543
8. Cláusulas exorbitantes.....	544
9. Alteração contratual.....	546
9.1. Teoria da imprevisão.....	550
10. Responsabilidades.....	551
11. Regras para entrega do objeto do contrato.....	556
12. Formas de extinção.....	556
13. Sanções.....	561
14. Responsabilização criminal, civil e administrativa.....	563
15. Contratos em espécie.....	564
15.1. Contratos propriamente ditos.....	565
15.2. Contrato de concessão.....	565
15.3. Contrato de permissão de serviço público.....	566
15.4. Contrato de gestão.....	567
16. Convênios e consórcios.....	569
17. Consórcios públicos.....	571
18. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista.....	577

19. Quadro sinóptico.....	579
20. Súmulas correlatas.....	583
20.1. Súmulas STF.....	583
20.2. Súmulas STJ.....	583
21. Decisões interessantes.....	584
CAPÍTULO 9 – Serviços Públicos.....	601
1. Conceito e elementos definidores.....	601
2. Princípios.....	602
2.1. Princípio da continuidade.....	604
2.1.1. Instrumentos para garantir a continuidade.....	605
2.1.2. Possibilidades de interrupção do serviço.....	607
3. Determinação constitucional.....	614
4. Classificação.....	615
5. Delegação do serviço público.....	618
5.1. Concessão comum de serviço público.....	619
5.1.1. Fundamento legal.....	619
5.1.2. Conceito.....	619
5.1.3. Poder concedente.....	620
5.1.3.1. Direitos e obrigações do poder concedente.....	621
5.1.4. O concessionário.....	622
5.1.4.1. Direitos e obrigações do concessionário.....	622
5.1.5. Direitos e obrigações do usuário.....	625
5.1.6. Natureza jurídica.....	625
5.1.7. Distinções.....	626
5.1.8. Formalidades da concessão.....	626
5.1.8.1. Procedimento licitatório.....	627
5.1.8.2. Contrato de concessão.....	629
5.1.8.3. Possibilidades de transferência.....	629
5.1.9. A remuneração e a política tarifária.....	631
5.1.10. Formas de extinção.....	632
5.2. Parcerias do Poder Público com os particulares.....	634
5.2.1. Conceito.....	634
5.2.2. Legislação.....	634
5.2.3. Objetivos.....	636
5.2.4. Modalidades.....	636
5.2.5. Características.....	637
5.2.6. Diretrizes.....	638
5.2.7. Formalização da concessão especial.....	639
5.2.7.1. Procedimento licitatório.....	639
5.2.7.2. Contrato de concessão especial.....	641
5.2.7.3. Sociedade de propósito específico.....	642
5.2.8. Concessões especiais para o âmbito federal.....	643
5.3. Permissão de serviço público.....	645
5.3.1. Conceito e requisitos.....	645
5.3.2. A precariedade e a formalização.....	646
5.3.3. Principais diferenças.....	648

5.4. Autorização de serviço público	649
6. Quadro sinóptico.....	649
7. Súmulas correlatas.....	652
7.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	652
7.2. Súmulas STF	653
7.3. Súmulas STJ	653
8. Decisões interessantes	654
CAPÍTULO 10 – Agentes Públicos	669
1. Conceito.....	669
2. Classificação.....	670
2.1. Agentes políticos.....	671
2.2. Servidores estatais	673
2.2.1. Servidores públicos.....	674
2.2.1.1. Regime jurídico dos servidores públicos.....	674
2.2.1.1.1. Regime jurídico único	677
2.2.1.1.2. A escolha do regime jurídico – preferência do regime estatutário	679
2.2.1.1.3. Garantia de manutenção do regime jurídico.....	682
2.2.2. Servidores de entes governamentais de direito privado	684
2.3. Particulares em colaboração com a administração.....	686
3. Organização funcional.....	688
3.1. Conceitos.....	688
3.1.1. Cargo público.....	688
3.1.2. Função pública.....	689
3.1.2.1. Cargo em comissão e função de confiança: distinção	690
3.1.3. Emprego público.....	691
3.1.4. Contrato temporário	692
3.2. Cargo público – regras gerais	693
3.2.1. Classificação.....	693
3.2.2. Provimento.....	694
3.2.3. Nomeação, posse e exercício.....	699
3.2.4. Formas de deslocamento.....	700
3.2.5. Vacância.....	701
3.2.6. Desinvestidura – exoneração e demissão.....	702
4. Regras constitucionais.....	705
4.1. Acessibilidade.....	705
4.2. Concurso público	706
4.2.1. Exceções ao concurso público	708
4.2.2. Requisitos para concurso	718
4.2.3. Publicidade.....	732
4.2.4. Mudança no edital de concurso	734
4.2.5. Prazo de validade.....	736
4.2.6. Direito à nomeação.....	736
4.2.7. Realização de novo concurso público.....	744
4.2.8. Concurso público e a possibilidade de controle.....	745

Direito Administrativo

4.2.9. Nulidades da nomeação e da investidura – teoria do fato consumado.....	747
4.2.10. Contratação irregular – consequências	752
4.3. Competência para julgamento das ações.....	753
4.4. Contratação temporária.....	755
4.5. Estabilidade.....	761
4.5.1. Conceitos: estabilidade, efetividade e vitaliciedade.....	761
4.5.2. Estabilidade e o texto constitucional	762
4.5.2.1. Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito público	766
4.5.2.2. Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito privado	768
4.5.2.3. Estabilidade em resumo.....	768
4.5.3. Estabilidade e dispensa.....	769
4.5.4. Estágio probatório	774
4.6. Direito de greve.....	779
4.7. Direito à sindicalização.....	784
4.8. Acumulação	785
4.9. Sistema remuneratório.....	790
4.9.1. Modalidades remuneratórias.....	790
4.9.2. Regras para fixação da remuneração	794
4.9.3. Revisão remuneratória	794
4.9.4. Teto remuneratório.....	796
4.9.5. Princípio da irredutibilidade	804
4.9.6. Princípio da isonomia	805
4.9.7. Proibição de vinculação e equiparação.....	806
4.9.8. Pagamentos em atraso.....	807
4.10. Direitos sociais.....	808
4.11. Limite de despesas com pessoal	810
4.12. Aposentadoria.....	812
4.12.1. Conceitos fundamentais – premissas.....	812
4.12.2. Histórico da aposentadoria – as diversas emendas constitucionais e suas mudanças.....	815
4.12.3. Modalidades.....	824
4.12.4. Princípio da integralidade.....	827
4.12.5. Princípio da paridade.....	828
4.12.6. Teto de proventos e regime complementar	829
4.12.7. Contribuição dos inativos e pensionistas	830
4.12.8. Cenário atual.....	833
5. Direitos e vantagens dos servidores estatutários.....	834
6. Deveres e responsabilidades dos servidores estatutários	841
7. Quadro sinóptico.....	843
8. Súmulas correlatas.....	849
8.1. Súmulas Vinculantes.....	849
8.2. Súmulas do STF	850
8.3. Súmulas do STJ.....	853
8.4. Súmulas do TST.....	854
9. Decisões interessantes	855

CAPÍTULO 11 – Bens Públicos	889
1. Domínio público.....	889
2. Conceito.....	889
3. Competência legislativa.....	893
4. Classificação dos bens públicos.....	893
5. Afetação e desafetação.....	897
6. Regime jurídico dos bens públicos.....	898
7. Aquisição de bens para o patrimônio público.....	901
8. Alienação de bens públicos.....	904
9. Gestão de bens públicos.....	907
9.1. Utilização especial ou anormal – uso privativo.....	909
10. Bens públicos em espécie.....	911
11. Quadro sinóptico.....	917
12. Súmulas correlatas.....	918
12.1. Súmulas do STF.....	918
12.2. Súmula do STJ.....	919
13. Decisões interessantes.....	919
 CAPÍTULO 12 – Intervenção na Propriedade	 935
1. Direito de propriedade.....	935
2. Intervenção na propriedade.....	936
3. Fundamentos e regras constitucionais.....	936
4. Modalidades de intervenção.....	937
4.1. Limitação administrativa.....	938
4.1.1. Indenização.....	939
4.1.2. Controle.....	944
4.2. Servidão administrativa.....	944
4.2.1. Elementos definidores.....	945
4.2.2. Formas de constituição.....	946
4.2.3. Indenização.....	947
4.2.4. Distinções.....	947
4.2.5. Causas extintivas.....	948
4.2.6. Modalidades.....	948
4.3. Requisição.....	949
4.4. Ocupação temporária.....	951
4.4.1. Hipóteses de ocupação temporária.....	951
4.4.2. Distinções.....	953
4.5. Tombamento.....	953
4.5.1. Conceito e características.....	953
4.5.2. Natureza jurídica.....	954
4.5.3. Competência.....	955
4.5.4. Bens objeto de tombamento.....	956
4.5.5. Modalidades.....	957
4.5.6. Obrigações.....	958
4.5.7. Indenização.....	960
4.5.8. Procedimento.....	961

Direito Administrativo

4.5.9. Extinção.....	961
4.6. Desapropriação.....	962
4.6.1. Objeto.....	964
4.6.2. Competência.....	966
4.6.3. Modalidades de desapropriação.....	968
4.6.3.1. Desapropriação comum.....	968
4.6.3.2. Desapropriação sancionatória.....	970
4.6.3.3. Desapropriação indireta.....	975
4.6.3.4. Desapropriação privada.....	979
4.6.4. Situações especiais – destinação dos bens desapropriados.....	980
4.6.5. Procedimento administrativo.....	981
4.6.6. Procedimento judicial – ação de desapropriação.....	984
4.6.7. Da indenização.....	987
4.6.8. Ação de desapropriação rural.....	994
4.6.9. Desapropriação de enfiteuse.....	995
4.6.10. Direito de extensão.....	996
4.6.11. Tredestinação.....	996
4.6.12. Retrocessão.....	997
5. Quadro sinóptico.....	999
6. Súmulas correlatas.....	1003
6.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	1003
6.2. Súmulas do STF.....	1003
6.3. Súmulas do STJ.....	1004
7. Decisões interessantes.....	1005
CAPÍTULO 13 – Responsabilidade Civil do Estado.....	1025
1. Aspectos gerais – fundamentos.....	1025
2. Evolução.....	1026
3. Tipos de responsabilidade.....	1029
4. Elementos definidores.....	1030
4.1. Sujeitos.....	1031
4.2. Conduta estatal lesiva.....	1033
4.3. Dano indenizável.....	1040
4.4. A indenização.....	1042
4.5. Hipóteses de exclusão.....	1044
5. Vias para reparação do dano.....	1046
6. Ação judicial – legitimidade passiva.....	1046
7. Ação regressiva.....	1049
8. Denúnciação da lide.....	1050
9. Prescrição.....	1051
10. Quadro sinóptico.....	1056
11. Súmulas correlatas.....	1059
11.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	1059
11.2. Súmula STF.....	1059
11.3. Súmulas STJ.....	1059
12. Decisões interessantes.....	1059

CAPÍTULO 14 – Controle da Administração	1073
1. Introdução e conceito.....	1073
2. Evolução.....	1073
3. Controle do Estado – atividade política e atividade administrativa	1074
4. Controle da atividade administrativa	1075
4.1. Classificação.....	1077
4.1.1. Quanto ao órgão controlador	1077
5. Controle administrativo	1081
5.1. Aspectos gerais.....	1081
5.2. Meios de controle.....	1082
5.3. Órgãos específicos de controle	1086
6. Controle legislativo.....	1089
6.1. Tribunais de Contas	1090
7. Controle judicial	1093
7.1. Meios de controle judicial.....	1093
7.1.1. Mandado de segurança	1094
7.1.2. Ação popular	1097
7.1.3. Ação civil pública.....	1098
7.1.4. Mandado de injunção.....	1099
7.1.5. <i>Habeas data</i>	1101
7.1.6. Ação direta de inconstitucionalidade	1101
8. Atos <i>interna corporis</i>	1102
9. Quadro sinóptico.....	1102
10. Súmulas correlatas.....	1105
10.1. Súmulas Vinculantes.....	1105
10.2. Súmulas STF	1106
10.3. Súmulas STJ	1108
11. Decisões interessantes	1109
CAPÍTULO 15 – Processo Administrativo.....	1125
1. Conceito.....	1125
2. Fontes do processo administrativo	1125
3. Objetivos e obrigatoriedade	1126
4. Princípios do processo administrativo	1128
4.1. Princípio do devido processo legal	1128
4.2. Princípio do contraditório.....	1129
4.3. Princípio da ampla defesa	1130
4.4. Princípio da verdade real	1134
4.5. Princípio da legalidade e princípio da finalidade.....	1134
4.6. Princípio da motivação	1135
4.7. Princípio da razoabilidade e princípio da proporcionalidade.....	1136
4.8. Princípio da oficialidade.....	1136
4.9. Princípio da autotutela.....	1137
4.10. Princípio da celeridade.....	1138
5. Modalidades de procedimento	1139
6. A Lei geral do Processo Administrativo – Lei n. 9.784/99	1139
6.1. Aspectos gerais.....	1140

Direito Administrativo

6.2. Fases do procedimento.....	1143
7. Procedimento administrativo disciplinar	1147
7.1. Conceito e finalidade	1147
7.2. Tipos de procedimento disciplinar	1148
7.2.1. Sindicância	1148
7.2.2. Processo administrativo propriamente dito	1149
7.2.3. Processo sumário.....	1150
7.2.4. Verdade sabida	1152
7.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito	1152
7.4. Prescrição e duração do processo.....	1159
7.5. Independência das instâncias.....	1164
8. Controle pelo Poder Judiciário.....	1164
9. Quadro sinóptico.....	1164
10. Súmulas correlatas.....	1169
10.1. STF – Súmulas Vinculantes	1169
10.2. Súmulas STF	1169
10.3. Súmulas STJ	1170
11. Decisões interessantes	1171
Referências Bibliográficas	1189